



RELATÓRIO E CONTAS

2021

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2021

1. Introdução

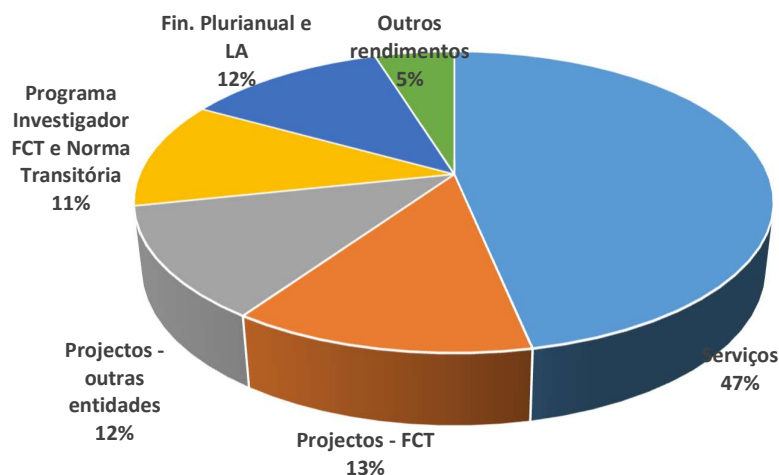
O exercício de 2021 reflete o estado de concretização do Plano de Transição das atividades de investigação dos Institutos Fundadores Ipatimup, IBMC e INEB para o i3S, refletindo a progressiva representatividade da prestação de serviços de diagnóstico nas receitas do Instituto.

2021 foi o primeiro ano de execução do financiamento atribuído pela FCT no âmbito do Laboratório Associado i3S.

2. Receitas

O somatório dos valores:

2.1) do contrato de financiamento para a Unidade de Investigação e para o Laboratório Associado i3S – financiamento plurianual e Laboratório Associado; 2.2) da faturação proveniente da prestação de serviços (diagnóstico e investigação contratada); 2.3) dos contratos para a realização de projetos de investigação, divulgação e formação; 2.4) dos contratos-programa celebrados com a FCT no âmbito da Norma Transitória e Concursos de Estímulo ao Emprego Científico; 2.5) de outros rendimentos, tais como rendimentos provenientes de royalties, propinas, quotas, participações em despesas de deslocação e utilização de reagentes e instalações; atingiu, em 2021, **cerca de 11,5 milhões de euros**, com a seguinte repartição:



2.1 Financiamento da Unidade de Investigação

2021 foi o ano de início do financiamento para o Laboratório Associado. Para o Ipatimup, foi aprovado um financiamento de €970.734,00 para o ano de 2021 e €478.554,00 para o ano de 2022, tendo em conta a transferência de contratos de trabalho do Ipatimup para o i3S, a partir do segundo semestre de 2022.

A assinatura do contrato-programa realizou-se apenas em dezembro de 2021 e o primeiro adiantamento foi recebido já em janeiro de 2022.

Em 2021, o financiamento plurianual para a Unidade de I&D foi de €356.296,00 para o financiamento base (UIDB/04293/2020) e €69.145,64 para o financiamento programático (UIDP/04293/2020).

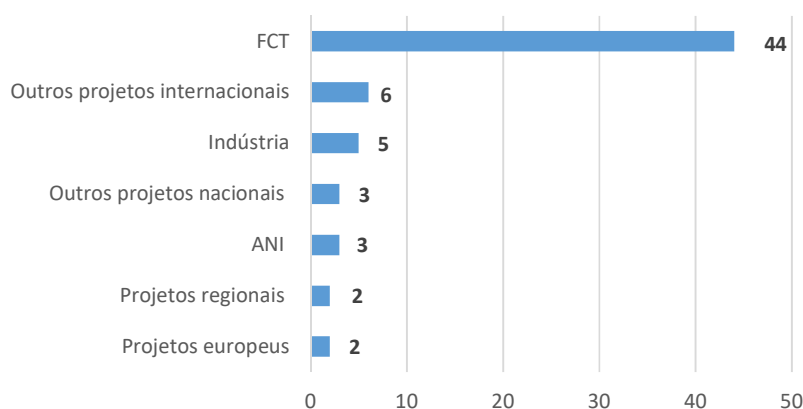
No decorrer do ano 2021, os pedidos de pagamento foram analisados de uma forma mais célere por parte da FCT, num prazo aproximado de um mês. À data de redação deste relatório, foram reembolsados todos os pedidos de pagamento apresentados no ano de 2021. Contudo, o Ipatimup continua por receber os valores dos financiamentos anteriores, €272.199,47, do projeto de 2015-2018, e €86.706,25, do projeto de 2019.

2.2 Receitas Próprias / Prestação de Serviços

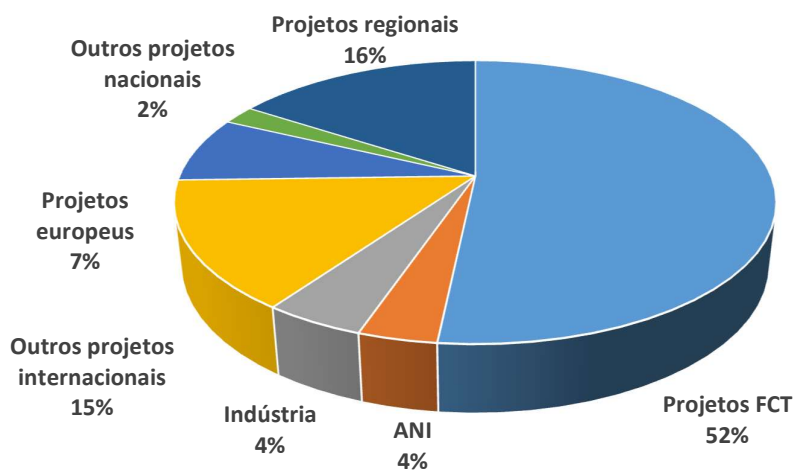
As Receitas Próprias incluem a prestação de serviços de diagnóstico e serviços de investigação contratada em projetos colaborativos. O valor da faturação proveniente das atividades de diagnóstico aumentou 996 mil euros.

2.3 Financiamento para Projetos de Investigação, Divulgação e Formação

Foi de **65** o número total de projetos em curso em 2021, com financiamento externo, repartidos pelas seguintes entidades financiadoras:



O valor do financiamento externo contratualizado para projetos de investigação, divulgação e formação foi de **2,8** milhões de euros, com a seguinte repartição:



O valor contratualizado com a **Fundação para a Ciência e Tecnologia** para Projetos de Investigação representa 52% do financiamento para projetos de investigação em 2021.

Mantiveram-se em execução 44 projetos, 27 tendo o Ipatimup como entidade proponente e 17 como participante. Dos 44 projetos, 21 terminaram em 2021. Apenas 1 projeto estará ainda em execução em 2023.

A representatividade dos projetos financiados por **concursos regionais** foi de 16% e prevê-se que irá aumentar, em 2022, para cerca de 75% do financiamento. Está aqui incluído o projeto **Porto Comprehensive Cancer Center (P.CCC)**, com um orçamento de 7,5 milhões de euros para o Ipatimup e para um período máximo de 25 meses. Apesar de 01/06/2021 ser a data de início formal do projeto, apenas se executaram compras de equipamento no valor de 600 mil euros. A possibilidade de submissão de pedidos de pagamento foi comunicada já em março de 2022, com previsão de recebimento do primeiro adiantamento até final deste mês. Temos ainda indicação recente que estes projetos passarão a ser geridos pela FCT.

Estiveram em curso 8 projetos **financiados internacionalmente**. Os valores de financiamento mais expressivos referem-se a projetos contratualizados com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos e com a CCFA - Crohn's & Colitis Foundation of America.

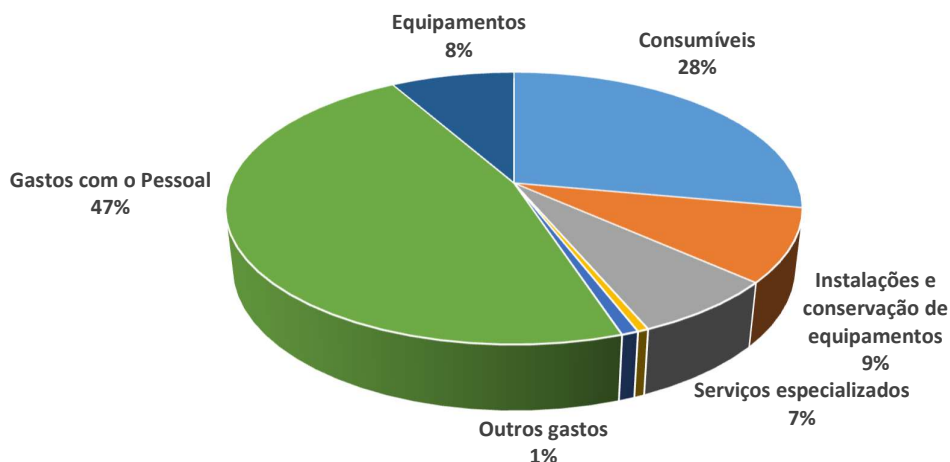
2.4 Emprego Científico - Norma Transitória e Concursos de Estímulo ao Emprego Científico CEEC, Individual e Institucional

Mantiveram-se em curso 18 contratos de investigador júnior, celebrados no âmbito da Norma Transitória (Decreto-Lei nº 57/2016 de 29 de agosto).

No âmbito do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico, o Ipatimup tem 11 contratos: 1 de investigador Principal, 6 de Investigador Auxiliar e 4 de Investigador Júnior.

3. Pagamentos

Os custos de atividade e as compras de equipamento totalizaram **10,5 milhões de euros**, com a seguinte repartição:



Em 31/12/2021, estavam em vigor **124** contratos de trabalho (130 em 31/12/2020).

Durante o ano de 2021, foram contratados 8 técnicos para a atividade de diagnóstico. A equipa administrativa foi reforçada com 2 pessoas e contratou-se 1 tratador de animais para o biotério. Foram ainda admitidos um Gestor de Projeto e 2 Técnicos Superiores de Desenvolvimento Tecnológico, para o projeto P.CCC. No âmbito de projetos de investigação, realizaram-se 2 novos contratos.

O número de bolsas depende diretamente do número de projetos em curso, registando-se um total de **19** bolseiros pagos diretamente pelo Ipatimup em 31/12/2021 (31 em 31/12/2020).

O valor de **reagentes** e outros consumíveis de laboratório registou um aumento de 594 mil euros, em consequência do aumento da atividade de diagnóstico.

O Ipatimup adquiriu em 2021 **equipamento** científico, administrativo e software no valor de 861 mil euros, dos quais 600 mil euros estão enquadrados no projeto P.CCC. Procedeu-se igualmente à compra de um digitalizador de lâminas.

4. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício e evolução previsível

O atual cenário de guerra entre a Rússia e a Ucrânia terá um grande impacto em termos económicos globais e também para a atividade de investigação, quer pelo aumento da inflação, quer por eventuais alterações na política orçamental nacional.

5. Apuramento dos Resultados e proposta de aplicação

O Resultado Líquido do exercício de 2021 foi de **968.296,78** euros.

A variação de caixa e seus equivalentes foi positiva em **1.494.522,20** euros.

A Direção propõe que o Resultado Líquido transite na sua totalidade para a conta “Resultados Transitados”.

Porto, 15 de março de 2022

A Direção

Prof. Manuel Sobrinho Simões

Prof.ª Raquel Seruca

Prof. José Carlos Machado

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2021	31-12-2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	2 555 898,88	2 236 531,29
Activos intangíveis	6	70 998,33	48 187,31
Investimentos financeiros	17	62 727,07	54 590,21
		2 689 624,28	2 339 308,81
Activo corrente			
Inventários	8	31 937,21	27 005,73
Créditos a Receber	10	2 280 064,66	2 818 091,58
Estado e Outros Entes Públicos	10	334 924,68	109 441,98
Diferimentos	10		26 512,28
Outros activos correntes	10	13 535 865,39	8 759 446,99
Caixa e depósitos bancários	4	10 148 404,31	8 653 882,11
		26 331 196,25	20 394 380,67
Total do activo		29 020 820,53	22 733 689,48
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	10	7 532 646,93	6 912 630,28
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10	6 411 176,45	6 185 158,54
		13 943 823,38	13 097 788,82
Resultado líquido do período	10	968 296,78	620 016,65
Total dos fundos patrimoniais		14 912 120,16	13 717 805,47
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10	893 635,18	410 994,60
Estado e outros entes públicos	10	201 533,01	216 228,42
Diferimentos	10	11 260 061,86	6 215 550,67
Outros passivos correntes	10	1 753 470,32	2 173 110,32
		14 108 700,37	9 015 884,01
Total do passivo		14 108 700,37	9 015 884,01
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		29 020 820,53	22 733 689,48

O Contabilista Certificado,

José da Cunha Fernandes - CC 7484

Presidente

Vogal

Vogal

A Direção

Prof. Manuel Sobrinho Simões

Prof. José Carlos Machado

Profª. Raquel Seruca

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO 2020

Valores em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1				6471180,35		6269845,48	449546,92	13190572,75		13190572,75
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								0	0		0
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2				441449,93		-84686,94	-449546,92	-92783,93		-92783,93
					441449,93		-84686,94	-449546,92	-92783,93		-92783,93
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							620016,65	620016,65		620016,65
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							170469,73	527232,72		527232,72
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	5										0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6=1+2+3+5				6912630,28		6185158,54	620016,65	13717805,47		13717805,47

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO 2021

Valores em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	0,00	0,00	0,00	6912630,28	0,00	6185158,54	620016,65	13717805,47		13717805,47
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7				620016,65		226017,91	-620016,65	226017,91		226017,91
		0,00	0,00	0,00	620016,65	0,00	226017,91	-620016,65	226017,91		226017,91
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							968296,78	968296,78		968296,78
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							348280,13	1194314,69		1194314,69
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	10										0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6+7+8+10	0,00	0,00	0,00	7532646,93	0,00	6411176,45	968296,78	14912120,16		14912120,16

0 Contabilista Certificado,

A Direção

José da Cunha Fernandes - CC 7484

Presidente

Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal

Prof. José Carlos Machado

Vogal

Profª. Raquel Seruca

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
do período findo em 31 de Dezembro de 2021

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	11	5 297 493,10	4 444 726,30
Subsídios, doações e legados à exploração	9	5 242 629,77	5 372 709,34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-2 907 707,20	-2 313 689,64
Fornecimentos e serviços externos	12	-1 690 359,21	-1 592 604,25
Gastos com o pessoal	13	-4 879 698,25	-5 079 349,24
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-245,00	-5 905,00
Aumentos/reduções de justo valor	17	-413,10	1 647,30
Outros rendimentos	14	544 395,99	659 168,42
Outros gastos	15	-83 260,78	-115 262,25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 522 835,32	1 371 440,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-563 604,52	-761 525,12
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		959 230,80	609 915,86
Juros e rendimentos similares obtidos	11/16	9 298,39	11 853,34
Juros e gastos similares suportados	16	-232,41	-1 752,55
Resultado antes de impostos		968 296,78	620 016,65
Resultado líquido do período		968 296,78	620 016,65

O Contabilista Certificado,

José da Cunha Fernandes - CC 7484

A Direção

Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof^ª. Raquel Seruca

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa
do período findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de Caixa das actividades operacionais			
Recebimento de Clientes e Utentes		5 834 854,87	4 312 118,83
Pagamentos de bolsas		-213 701,85	-287 562,04
Pagamento a fornecedores		-1 456 138,24	-2 002 916,90
Pagamentos ao pessoal		-4 732 375,83	-4 815 357,57
Caixa gerada pelas operações		-567 361,05	-2 793 717,68
Outros recebimentos/pagamentos		2 136 291,40	2 904 049,86
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		1 568 930,35	110 332,18
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis		-625 303,54	-535 148,64
Activos intangíveis		-45 673,01	-36 152,00
Investimentos Financeiros		-8 549,96	-15 280,97
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		594 142,95	447 031,03
Juros e rendimentos similares		8 544,57	17 734,76
Dividendos		242,25	242,25
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		-76 596,74	-121 573,57
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		2 421,00	4 184,50
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-232,41	-1 752,55
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2 188,59	2 431,95
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		1 494 522,20	-8 809,44
EFEITO DAS DIFERENÇAS CÂMBIO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO PERIODO	4	8 653 882,11	8 662 691,55
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM PERIODO	4	10 148 404,31	8 653 882,11

0 Contabilista Certificado,

José da Cunha Fernandes - CC 7484

A Direção

Presidente

Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal

Prof. José Carlos Machado

Vogal

Profª. Raquel Seruca

ANEXO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

O Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto **Ipatimup**, com sede na Rua Júlio Amaral de Carvalho, no Porto - é uma associação privada sem fins lucrativos de utilidade pública, fundada em 1989 sob a égide da Universidade do Porto.

O Ipatimup tem por objetivos compreender as causas e a evolução das doenças oncológicas humanas de forma a:

- Avançar no diagnóstico precoce.
- Maximizar a eficiência do tratamento.
- Melhorar a qualidade de vida dos doentes.
- Diminuir a incidência de cancro na população.

As vertentes de atividade do Ipatimup são:

- Investigar em Oncologia e Genética Populacional, procurando otimizar as interações de diversos domínios científicos (Medicina, Biologia, Genética, Farmácia, Biofísica).
- Desenvolver Recursos Humanos especializados em Oncologia e Oncobiologia.
- Divulgar a Ciência, contribuindo para o aumento da cultura científica da população.
- Prestar serviços diagnósticos e de consultadoria.

Os Associados Efetivos do Ipatimup são: Câmara Municipal do Porto, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Norte, Cruz Vermelha Portuguesa, Europacolón Portugal-Associação de Apoio ao Doente com Cancro Digestivo, Evita – Associação de Apoio a Portadores de Alterações nos Genes Relacionados com Cancro Hereditário, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Liga Portuguesa Contra o Cancro, Fundação BIAL, Health Cluster Portugal, Irmandade dos Clérigos, Pulmonale – Associação Portuguesa de Luta Contra o Cancro do Pulmão, Santa Casa da Misericórdia do Porto e Universidade do Porto.

Os Associados Aderentes são: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Centro Hospitalar Universitário de São João e Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil.

O Ipatimup foi um dos quatro primeiros Laboratórios Associados criado pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior em 2000, e está instalado num edifício no Pólo 2 (Asprela) da Universidade do Porto.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Foi alterada a política de contabilização dos subsídios relacionados com ativos e dos subsídios à exploração e não foi feito o comparativo, tendo em conta o momento da sua atribuição.

Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL)

Desde 01 de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, o Ipatimup elaborou e aprovou, demonstrações financeiras de acordo com o SNC, conforme legislação em vigor.

Em 31 de dezembro de 2012, a preparação destas demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (ESNL), não havendo no entanto lugar a quaisquer ajustamentos, nem foi afetada a comparabilidade dos exercícios.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 - Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à data da transação, desde que as seguintes condições sejam satisfeitas:

- ° O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ° É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Ipatimup;

3.3 - Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.4 – Subsídios e outros apoios

Os subsídios apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que o Ipatimup irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

3.5- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009, encontram-se registados ao custo considerado, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para funcionarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos tangíveis	3 – 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.6 - Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.7 - Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”, e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.8 - Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando o Ipatimup tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9 - Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Clientes e utentes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e utentes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.10 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Durante o decurso do ano de 2021, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, decorrentes da adoção do ESNL ou estimativas relevantes, relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Ativos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

3.11 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 - Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

4. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários e aplicações de tesouraria imediatamente mobilizáveis e detalha-se como segue:

FLUXOS CAIXA		31.12.2021		31.12.2020	
		Quantias disponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	2.050	2.050	2.045	2.045
	Subtotais	2.050	2.050	2.045	2.045
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	6.467.552	6.467.552	3.074.492	3.074.492
	Depósitos a Prazo	3.678.802	3.678.802	5.577.345	5.577.345
	Outros depósitos bancários				
	Subtotais	10.146.354	10.146.354	8.651.837	8.651.837
	Aplicações de Tesouraria				
Totais		10.148.404	10.148.404	8.653.882	8.653.882

5. PARTES RELACIONADAS

O Ipatimup está incluído no perímetro de consolidação de contas da UNIVERSIDADE DO PORTO, cujo detalhe dessas operações e os saldos pendentes em Balanço, são como se segue:

Partes Relacionadas	2021	2020
Ativos	556.529	593.597
Passivos	90.448	44.156
Gastos	356.548	588.236
Rendimentos	528.787	61.878

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos intangíveis: quantias brutas escrituradas	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador			Ativos intangíveis em curso	Totais
	Outros		Marcas comerciais	Outros Ativos		
Saldo Inicial		558.064	19.759	10.230		588.053
Adições		45.673				45.673
Revalorizações						
Transferências						
Alienações						
Sinistros						
Abates						
Saldo Final		603.737	19.759	10.230		633.726

Ativos intangíveis: amortizações	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador			Ativos intangíveis em curso	Totais
	Outros		Marcas comerciais	Outros Ativos		
Saldo Inicial		527.966	5.134	6.766		539.866
Reforços		22.862				22.862
Reversões						
Alienações						
Sinistros						
Abates						
Saldo Final		550.828	5.134	6.766		562.728

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis: quantias brutas escrituradas	Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios e out. Const.	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Saldo Inicial	667	1.878.007	7.339.817	889	1.785.247	548.991	11.553.618
Adições		44.295	755.004		56.290	4.521	860.110
Revalorizações							
Transferências							
Alienações							
Sinistros							
Abates					-10.172		-10.172
Saldo Final	667	1.922.302	8.094.821	889	1.831.365	553.512	12.403.556

Ativos fixos tangíveis: depreciações	Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios e out. Const.	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Saldo Inicial	400	592.503	6.570.258	889	1.674.883	478.154	9.317.087
Reforços	67	37.634	431.325		53.995	17.722	540.743
Reversões							
Transferências							
Alienações							
Abates					-10.172		-10.172
Saldo Final	467	630.137	7.001.583	889	1.718.706	495.876	9.847.658

8. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é detalhado conforme segue:

CMVMC		Mat. Primas, Subs. e de Consumo	TOTAIS
Em 31.12.2021	Existência Inicial	27.006	27.006
	Compras	2.912.638	2.912.638
	Regularizações (+/-)		
	Existência Final	31.937	31.937
	CMVMC	2.907.707	2.907.707
Em 31.12.2020	Existência Inicial	43.114	43.114
	Compras	2.297.581	2.297.581
	Regularizações (+/-)		
	Existência Final	27.006	27.006
	CMVMC	2.313.689	2.313.689

9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

No que se refere aos subsídios relacionados com ativos, os valores recebidos são reconhecidos como réditos à medida que os bens subsidiados vão sendo amortizados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como réditos, na medida em que o gasto é realizado.

O montante dos subsídios concedidos, reconhecidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 é detalhado conforme segue:

Relação dos subsídios obtidos			Quantias Concedidas	
			2021	2020
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Estado e Outros Entes Públicos	592.271	445.057
		Outras Entidades	1.872	1.974
		Subtotais	594.143	447.031
	Subsídios à exploração	Estado e Outros Entes Públicos	4.263.264	4.614.584
		Outras Entidades	979.366	758.125
		Subtotais	5.242.630	5.372.709
Totais			5.836.773	5.819.740

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CRÉDITOS A RECEBER						
	Quantia Nominal		Imparidade		Valor Líquido	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Clientes e Utentes	2.280.065	2.818.092			2.280.065	2.818.092
Clientes Cob. Duvidosa	245	5.905	245	5.905	0	0
Totais	2.280.310	2.823.997	245	5.905	2.280.065	2.818.092

	OUTROS ATIVOS CORRENTES	
	2021	2020
Fornecedores (Saldos contrários)	6.761	3.755
Adiant. e outras operações c/ pessoal		
Adiant. A fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a receber	1.680	1.168
Subsídios a receber		80.000
Outros acréscimos de rendimentos		
Outros devedores	13.527.424	8.674.524
Totais	13.535.865	8.759.447

	FORNECEDORES	
	2021	2020
Fornecedores, conta corrente	893.635	410.995
Fornecedores, títulos a pagar		
Fornecedores, faturas em rec. e conf.		
Totais	893.635	410.995

	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	
	2021	2020
Finanças	-217.556	24.037
Segurança Social e Fundo de Compensação	84.164	82.749
Totais	-133.392	106.786
Saldos Devedores		
Retenção Imp. s/ Rendimento		
Iva a Recuperar/Restituir	334.925	109.442
Restantes impostos		
Totais	334.925	109.442
Saldos Credores		
Corrente		
Retenção Imp. s/ Rendimento	60.927	61.368
Iva a pagar	56.442	72.112
Contribuições seg. social	82.925	81.217
Outras Tributações (Fundo de Compensação)	1.239	1.531
Totais	201.533	216.228

	DIFERIMENTOS	
	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros		
Outros gastos diferidos		26.512
Totais	0	26.512
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios	11.260.062	6.215.551
Outros rendimentos		
Totais	11.260.062	6.215.551

	OUTROS PASSIVOS CORRENTES	
	2021	2020
Não correntes		
Clientes (saldos contrários)		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Totais		
Correntes		
Clientes (saldos contrários)	230	625
Pessoal	69	
Fornecedores de investimentos	246.023	55.511
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar	567.315	633.764
Outros acréscimos de gastos	1.953	170.529
Outros Credores	937.880	1.312.681
Totais	1.753.470	2.173.110

MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Fundos				
Excedentes Técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	6.912.630	620.017		7.532.647
Ajustamentos em ativos financeiros				
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	6.185.159	640.858	414.841	6.411.176
Resultado líquido do período	620.017	968.297	620.017	968.297
Totais	13.717.806	2.229.172	1.034.858	14.912.120

11. RÉDITO

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 os réditos apresentavam a seguinte composição:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2021	2020
	Réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período
Venda de bens		
Prestação de serviços	5.297.493	4.444.726
Juros	9.056	11.853
Royalties	12.552	26.441
Dividendos	242	242
Totais	5.319.343	4.483.262

12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” em 31 de dezembro de 2021 e dezembro de 2020 é:

Fornecimentos e Serviços Externos	2021	2020
Subcontratos	515.373	453.761
Serviços Especializados:	731.808	562.348
Trabalhos Especializados	87.518	60.486
Publicidade e propaganda		246
Vigilância e Segurança	58.035	57.652
Honorários	144.497	144.891
Conservação e Reparação	436.836	292.465
Outros Serviços Especializados	4.922	6.608
Material	130.891	100.436
Energia e fluidos	88.751	165.757
Deslocações, Estadas e Transportes	54.628	60.963
Serviços Diversos:	168.908	249.339
Rendas e Alugueres	2.816	1.065
Comunicação	9.642	9.292
Seguros	11.458	12.088
Contencioso e Notariado	545	
Limpeza, higiene e conforto	82.857	78.947
Outros Serviços	61.590	147.947
Totais	1.690.359	1.592.604

13. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 detalha-se da seguinte forma:

Gastos com o Pessoal	2021	2020
Remunerações do Pessoal	3.712.998	3.881.296
Encargos sobre Remunerações	821.389	831.425
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	22.569	34.230
Outros gastos com Pessoal	322.742	332.398
Totais	4.879.698	5.079.349

14. OUTROS RENDIMENTOS

A composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é conforme se segue:

Outros Rendimentos	2021	2020
Rendimentos Suplementares	16.927	26.441
Descontos p.pto. obtidos		
Rendimentos e Ganhos em Inv. Financ.	783	
Outros	526.686	632.727
Totais	544.396	659.168

15. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 é conforme se segue:

Outros Gastos	2021	2020
Impostos	10.211	128
Descontos p.pto. concedidos	25	50
Dívidas Incobráveis		
Outros	73.025	115.084
Totais	83.261	115.262

16. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 são detalhados conforme se segue:

Juros e Rendimentos Similares Obtidos	2021	2020
Juros Obtidos	9.056	11.611
Outros	242	242
Totais	9.298	11.853

Juros e Gastos Similares Suportados	2021	2020
Juros Suportados	232	1.753
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros		
Totais	232	1.753

17. OUTRAS INFORMAÇÕES
Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

	Entidade	2021			2020		
		Valor Nominal	Aum/Red.	Valor Contabilístico	Valor Nominal	Aum/Red.	Valor Contabilístico
Investimentos Financeiros							
Acções	CIMPOR	205			205		205
Acções	EDP	6.574	-413	6.161	4.927	1.647	6.574
Outros Inv. Financeiros (FCT-Fundo Comp. Trab.)	FUNDO COMPENSAÇÃO	47.811	8.550	56.361	32.530	15.281	47.811
Totais		54.590	8.137	62.727	37.662	16.928	54.590

18. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 11 de março de 2022.

O Contabilista Certificado,

José da Cunha Fernandes - CC 7484

A Direcção,

Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof^a. Raquel Seruca

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

AFONSO FERNANDES & ASSOCIADO

S R O C

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **IPATIMUP – INSTITUTO DE PATOLOGIA E IMUNOLOGIA MOLECULAR DA UNIVERSIDADE DO PORTO** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 29.020.820,53 euros e um total de fundos patrimoniais de 14.912.120,16 euros, incluindo um resultado líquido de 968.296,78 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **IPATIMUP – INSTITUTO DE PATOLOGIA E IMUNOLOGIA MOLECULAR DA UNIVERSIDADE DO PORTO** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

AFONSO FERNANDES & ASSOCIADO

S R O C

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

AFONSO FERNANDES & ASSOCIADO

S R O C

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

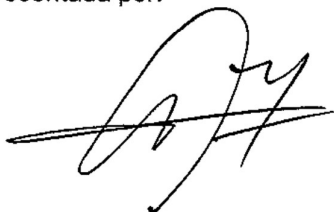
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informa nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em cont conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 16 de março de 2022

Afonso Fernandes & Associado, SROC, Lda., SROC n.º 206, registo na CMVM n.º 20161502

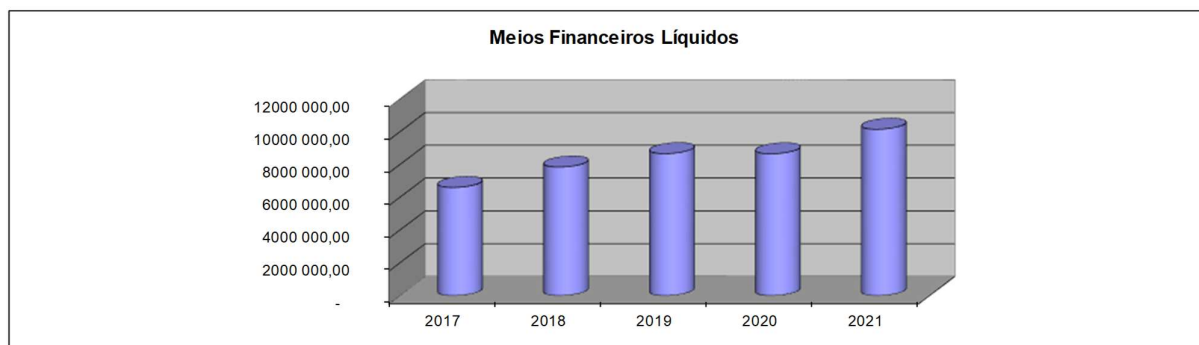
Representada por:



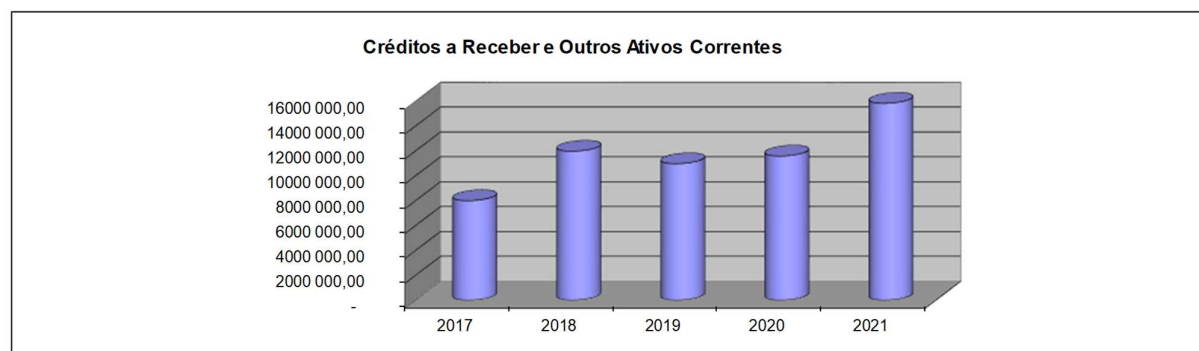
Afonso da Cunha Fernandes, ROC n.º 825, registo na CMVM n.º 20160453

INDICADORES

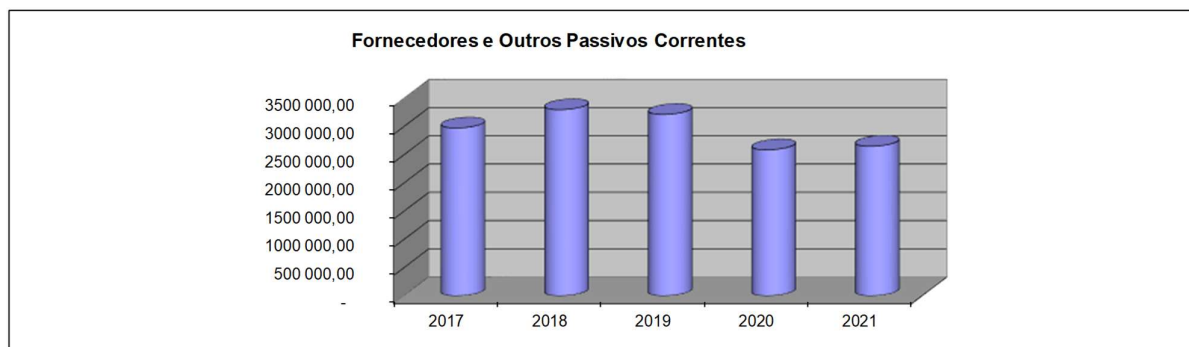
	Meios Financeiros Líquidos				
	2017	2018	2019	2020	2021
Caixa	2 050,00	2 050,00	2 050,00	2 045,00	2 050,00
Depósitos Bancários	6 581 881,00	7 842 896,00	8 660 642,00	8 651 837,00	10 146 354,00
Outros Instrumentos Financeiros	14 977,00	-	-	-	-
TOTAIS	6 598 908,00	7 844 946,00	8 662 692,00	8 653 882,00	10 148 404,00



	Créditos a Receber e Outros ativos Correntes				
	2017	2018	2019	2020	2021
Créditos a Receber	1 973 543,00	2 145 071,00	2 690 815,00	2 818 092,00	2 280 065,00
Outros Ativos Correntes	6 019 107,00	9 823 075,00	8 272 120,00	8 759 447,00	13 535 865,00
TOTAIS	7 992 650,00	11 968 146,00	10 962 935,00	11 577 539,00	15 815 930,00



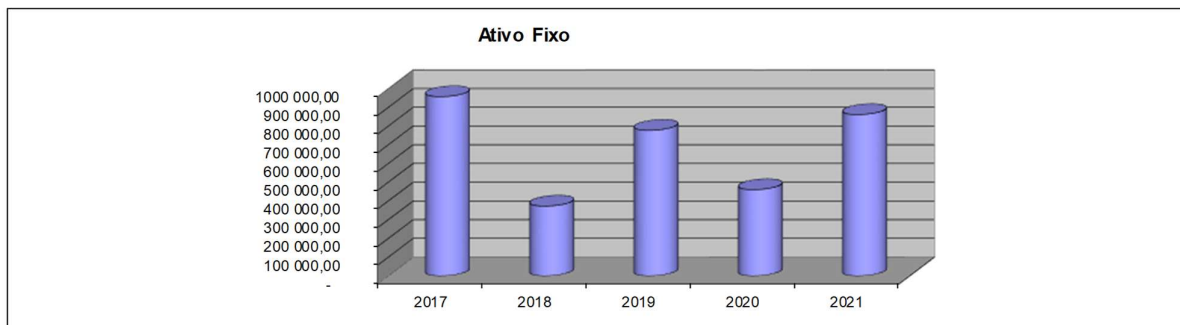
Fornecedores e Outros Passivos Correntes					
	2017	2018	2019	2020	2021
Fornecedores	280 966,00	561 435,00	874 784,00	410 995,00	893 635,00
Outros passivos correntes	2 690 031,00	2 734 276,00	2 336 449,00	2 173 110,00	1 753 470,00
TOTAIS	2 970 997,00	3 295 711,00	3 211 233,00	2 584 105,00	2 647 105,00



Tesouraria					
	2017	2018	2019	2020	2021
Prazo Médio Pagame	44	47	62	40	69
Prazo Médio Recebin	245	235	237	230	157



Ativo Fixo					
	2017	2018	2019	2020	2021
Aquisições	957 210,00	372 572,00	777 196,00	460 545,00	861 489,00
TOTAIS	957 210,00	372 572,00	777 196,00	460 545,00	861 489,00



Evolução dos Rendimentos					
	2017	2018	2019	2020	2021
Vendas e Prest. de S	2 955 160,00	3 327 673,00	4 137 129,00	4 444 726,00	5 297 493,00
Subsídios à Exploraç	4 919 687,00	5 723 413,00	6 895 766,00	5 372 709,00	5 242 630,00
Outros Rend. e Ganh	989 790,00	889 594,00	866 057,00	660 815,00	544 396,00
Juros e Rend. Similar	33 128,00	19 874,00	15 334,00	11 853,00	9 298,00
TOTAIS	8 897 765,00	9 960 554,00	11 914 286,00	10 490 103,00	11 093 817,00

